

SEGURANÇA NO CAMPUS SEROPÉDICA

Comunidade está assustada com aumento da violência na UFRRJ



FOTO: Jéssica Rodrigues

ACIMA, FOTO DO PROTESTO REALIZADO POR ESTUDANTES NO DIA 22 DE MAIO. ENTRE OUTRAS REIVINDICAÇÕES, DISCENTES PEDEM MELHOR ILUMINAÇÃO E TRANSPORTE NO CAMPUS.

A comunidade ruralina está preocupada com a recente onda de assaltos e tentativas de estupros no *campus* de Seropédica. Por iniciativa do Diretório Central dos Estudantes - DCE, do Coletivo de Mulheres e do Núcleo Universitário Negro - NUN, houve um protesto discente na UFRRJ, no último dia 22/5. Munidos de faixas e cartazes, todos marcharam até o Prédio Central (P1), clamando por soluções que vissem melhorar a segurança na Universidade. Na ocasião, foi constituído um Comitê para discutir o tema, contando com a participação do Vice-Reitor, Eduardo Callado, e de representantes dos três segmentos (SINTUR, ADUR e DCE).

Naquele dia, algumas medidas foram acordadas pela Administração Central e os manifestantes, tais como: - convidar a empresa Real Rio para ratificar o compromisso assinado (em documento enviado à Reitoria no dia 24 de março), de orientar os motoristas dos ônibus para que entrem no *campus* Seropédica; -

incluir “vigilantes femininas” no edital (que está sendo elaborado) de contratação de empresa privada de vigilância para atuar nos acessos ao *campus* Seropédica; - instalação de olho mágico em suas portas dos alojamentos; - O diretor da Divisão de Guardas e Vigilância (DGV) se comprometeu a intensificar as rondas nos Institutos que têm aula no turno da noite.

Vice-Reitor diz que lutará por concursos públicos, mas que terceirização do pórtico é necessária

Em entrevista ao *ADUR Informa*, o Vice-Reitor relaciona o aumento da violência no *campus* à recente onda de violência em Seropédica. “Não sou especialista na área, mas há vários estudiosos que afirmam que há uma migração muito forte desses criminosos para a Baixada Fluminense. Infelizmente há uma situação de maior criminalidade na nossa cidade -- o que afeta a Universidade”, observa.

De acordo com Callado, a Administração Central tem conversado com todos os segmentos para buscar alternativas e proporcionar maior sensação de segurança à comunidade universitária. O Vice-Reitor afirma que, num primeiro momento, será contratada uma empresa privada, cujos funcionários deverão atuar apenas no pórtico da UFRRJ. Diz que este é um pedido da direção da DGV, para que seja possível liberar mais funcionários para atuar em rondas pela instituição. Ele reconhece que esta não é a situação ideal, mas sim uma medida extremada até a viabilização de concursos públicos na área. Em reunião do CONSU, foi aprovado que a Reitoria reivindique, diretamente em Brasília, concurso público para essa área. “Talvez nós consigamos a vitória e nem precisemos mais terceirizar, mas não podemos ficar parados também, para não colocarmos em risco toda a comunidade. Enquanto isso, tentaremos conseguir do governo federal nova abertura

SEGURANÇA NO CAMPUS SEROPÉDICA

de concurso para segurança. A última seleção para o setor ocorreu há mais de 20 anos”, revela o Vice-Reitor. Segundo ele, a guarda também passará por capacitação, com apoio de especialistas, como psicólogos. No entanto, ele lembra que o assunto ainda será discutido pelo Comitê de Segurança.

“A DGV dispõe de equipamentos, mas o recurso humano é mais importante que toda essa tecnologia”, afirma Canuto

Renan Canuto, diretor de segurança corporativa do DGV, reitera que estão se criando alternativas para capacitação dos guardas. E argumenta que é necessária a criação de um sistema de identificação dos alunos no *campus*. “O sistema de identificação é a base da segurança”, avalia.

Segundo o diretor, existe um projeto de monitoramento 24h da universidade, com câmeras que permitem vigiar os acessos ao *campus* e os prédios principais, mas que ainda está em fase de desenvolvimento.

Após as denúncias de violência no *campus* e a manifestação dos estudantes, o diretor teve que criar uma nova planilha de trabalho para os guardas. Atualmente, há um carro no ponto do ICHS, dois guardas ficam próximos aos alojamentos, um guarda próximo do PAT. No período noturno, existem guardas na entrada da ciclovía e próximo ao Instituto de Biologia, além das rondas por todo o *campus* no mesmo turno.

Canuto garante que, apesar de reduzido, o efetivo é presente. “É um grupo pequeno, mas tento fazer da melhor forma possível.” Completa dizendo que o essencial para um *campus* tão grande quanto o de Seropédica, seriam, no mínimo, duzentos vigilantes. No momento, 20% da guarda está com aposentadoria prevista. “A DGV dispõe de equipamentos bem desenvolvidos, ferramentas que ajudam a identificar, por exemplo, se um carro é fruto de roubo, mas o recurso humano é mais importante que toda essa tecnologia”, diz.

De acordo com o diretor da DGV, apesar do cargo de vigilante não estar extinto, existe uma recomendação do Governo, desde a época de FHC, para terceirizá-lo. Ele informa que todos os pedidos de abertura de concurso público para o cargo são negados. Por isso, defende a terceirização como a alternativa mais viável, já que a situação é emergencial.

Sintur é contra a terceirização e defende concurso

De acordo com Ivanilda Reis, da coordenação do SINTUR-RJ, a falta de segurança e as condições de trabalho são pontos de pauta de reivindicação dos técnico-administrativos desde a greve de 2012. A falta de iluminação é uma das principais queixas do sindicato. Além disso, no posto de saúde da Universidade, e os servidores estão mais vulneráveis, por exemplo, nos turnos da noite e da madrugada.

No entanto, Ivanilda afirma que o SINTUR é contra a terceirização.

Ela esclarece que tal decisão foi aprovada em Congresso da categoria (CONSINTUR), além de também ser resolução da FASUBRA. “A terceirização não é a solução nem para a falta de segurança, nem para a falta de trabalhadores no *campus*; serve para explorar os trabalhadores e para precarizar ainda mais as condições de trabalho. Além disso, o recurso gasto em terceirização poderia ser destinado às melhorias que a UFRRJ tanto precisa”, avalia.

O GT Segurança, Grupo de Trabalho aliado ao sindicato que se reúne para discutir problemas de segurança dentro da universidade, escreveu um documento provando que o cargo de vigilante não está extinto, sendo assim a abertura de concursos públicos é possível. Eles defendem que é necessário a criação de um projeto de segurança.

“A luta pela segurança no *campus* não deve ser só dos estudantes, tem que ser uma luta de toda comunidade universitária. E também não podemos entender essa luta como dissociada de todas as péssimas condições de trabalho que a gente tem, é uma única luta”, lembra.

“Somente com a força dos 350 estudantes conseguimos arrancar alguns compromissos da Reitoria”, diz DCE

De acordo com André Flores, representante do DCE, a insegurança no *campus* tem que ser pensada em três dimensões: a realidade socioeconômica do município; a suposta extinção do cargo de

Vigilante (Guarda Universitária) e o viés administrativo. “Falta de iluminação, mato alto, e ausência de vigilância são problemas de ordem administrativa; não dependem de ordem externa. Podem ser resolvidos pela administração. Além disso, a omissão da Reitoria e da Guarda frente às denúncias de insegurança são justificadas pela afirmação de que só são averiguados os casos registrados. Entretanto, a maioria dos estudantes não sabem proceder frente à institucionalidade. Além disso, essa é uma postura conservadora que relativiza o medo e o choque das vítimas, e até mesmo a realidade local, onde inclusive já nos foi

denunciado a recusa de fazerem o registro de ocorrência (na delegacia de Seropédica)”, desabafa o discente.

André Flores afirma que desde a atual gestão do DCE, desde o início do mandato, tem cobrado da Reitoria, seja por memorandos ou por meio de reuniões, sobretudo três coisas: -iluminação dos trajetos do *campus* (sobretudo os mais longínquos) e a praça de desportos; -mediação com as empresas de ônibus para a entrada permanente no *campus*; -mediação com a Secretaria Municipal de Segurança para a segurança externa do *campus*, principalmente a ciclovía e em frente ao ICHS. “Entretanto, a pressão institucional nunca foi suficiente. Somente com a força dos 350 estudantes que estiveram presentes no ato do dia 22/5 conseguimos arrancar alguns compromissos da Reitoria, como a iluminação instalada nessa última semana, a intensificação das rondas internas da guarda, e a ampliação da circulação dos “fantasminhas” (ônibus que circula na UFRRJ), agora com horário tabelado”.

Ainda segundo André Flores, o DCE pensa em propor, com o auxílio do Comitê que discute o tema, um seminário sobre a questão



da violência e segurança pública. “O objetivo é avançarmos na construção de um Conselho de Segurança da universidade, capaz de envolver a comunidade acadêmica na formulação de sínteses e análises sobre o problema de segurança no campus e na cidade, e propor políticas para a segurança interna e para a extensão com o município”, diz.

Para ADUR-RJ, segurança não se resume ao efetivo da DGV

Para a Diretoria da ADUR-RJ, o problema da segurança no campus Seropédica não se resume ao efetivo da DGV. É preciso haver estratégia e planejamento, envolvendo ações que permitam monitorar diversos pontos da extensa área como, por exemplo, a vigilância por câmeras.

Os diretores entendem que a realidade socioeconômica do

Município e a nova territorialidade das atividades ilícitas na Baixada Fluminense são fatores relevantes desta análise estratégica. Por isso, defendem que a UFRRJ aprofunde suas relações com a comunidade de Seropédica. “A Rural deve se tornar referência na prestação de serviços públicos e no retorno social de sua produção acadêmica para Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. Trata-se de alternativa necessária diante da comprovada inépcia da política de segurança militarizada e repressiva que vem sendo aplicada há décadas no estado do Rio de Janeiro”, diz Alexandre Mendes, presidente da Seção Sindical.

Ele ainda explica que a lei 11.091/2005, que estrutura o plano de carreira dos técnicos-administrativos, reincorporou ao quadro das IFE o cargo de vigilante, que havia sido extinto pela lei 9632/1998. Por esta razão, para a diretoria da ADUR-RJ, é imperativo que a Administração Central reivindique ao governo concurso público para a guarda.

PROMOÇÃO A PROFESSOR TITULAR

Critérios para promoção a titular geram debate sobre o produtivismo no ensino e na carreira

A Administração Central da UFRRJ constituiu comissão (Portaria 2203/GR de 02 de dezembro de 2013) para elaborar uma proposta que elencasse os critérios necessários à promoção para professor titular (classe E). A mesma foi apresentada na reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, do dia 7 de maio, quando, na ocasião, diretores da ADUR-RJ chamaram atenção para o seu caráter produtivista e indicaram a necessidade de ampliar a discussão do tema, que deve ter por base a legislação da nova carreira (Portaria nº 982 de outubro de 2013 e Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012).

De acordo com a legislação do MEC, para que o professor ascenda à Classe E/ Professor Titular, além de ter cumprido o interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício como Associado IV; ele deve ser doutor, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho e obter aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

Segundo a proposta interna elaborada pela Comissão da UFRRJ, além de observar as regras do MEC para a promoção, outros critérios bastante rigorosos foram criados. De acordo com documento elaborado pela Comissão interna, tornar-se professor titular é alcançar o topo da carreira e, portanto, deve ser uma distinção para “poucos ilustres”. Segundo o texto, a proposta é que “o processo de avaliação para promoção à classe de Professor Titular seja estabelecido de forma que premie apenas os que demonstrem mérito (suficiente) necessário para ascender à classe. Impedindo, desta forma, que a carreira de Professor Titular se transforme em mero prolongamento da sistemática de progressão funcional que privilegia o tempo de serviço”.

Recentemente, a Diretoria afirmou em nota que a proposta elaborada pela comissão interna “estimula o produtivismo ao apresentar uma tabela de pontuação desequilibrada entre pesquisa, ensino e extensão, tripé constitutivo da concepção constitucional de ensino superior, defendido pelo ANDES-SN e também garantido pelo estatuto e pelo Plano de Desenvolvimento Interno (PDI) da UFRRJ. Tal desequilíbrio fica nítido não apenas na sobrevalorização das atividades de pesquisa e pós-graduação face às atividades de extensão e à ausência de pontuação do ensino de graduação, mas na predominância de certa concepção da pesquisa acadêmica e do ensino de pós-graduação que ignora aspectos qualitativos e a relevância social das pesquisas. Uma universidade pública de qualidade deve ser capaz de articular as três dimensões, garantindo a interlocução entre universidade e sociedade, através da autorreflexão crítica e da emancipação intelectual dos estudantes. E isto deve ser refletido na carreira docente, numa justa e equânime avaliação do trabalho em pesquisa, ensino e extensão”.

A Diretoria da ADUR-RJ participou da reunião do CEPE, realizou encontros com o Conselho de Representantes da Seção Sindical, produziu nota marcando posição sobre o assunto, convocou assembleia para debater com os professores da instituição. Na ocasião, reafirmou que a Classe E é o mais alto nível na carreira após Associado IV, sendo esta uma conquista do Movimento Docente.

Durante a assembleia de 15/5, foi deliberado que a Diretoria da ADUR-RJ protocolasse documento junto ao CEPE, requerendo o adiamento da inclusão dos critérios para promoção a titular na pauta das próximas reuniões do Conselho. Pelo mesmo documento entregue no dia 22/5, também solicitou que fossem organizadas audiências públicas para debate de propostas oriundas da comunidade, antes que o assunto volte à pauta do CEPE para deliberação. Do mesmo modo, informou que **tem recomendado aos professores Associados, nível IV, que protocolizem seus pedidos de promoção a titular, para que, uma vez aprovada uma proposta que contemple a coletividade, o docente apto ao topo da carreira obtenha seus ganhos de forma retroativa.**

De acordo com o documento entregue ao referido Conselho, “a proposta apresentada e o debate já realizado no CEPE refletem profundas diferenças de concepção do que seria a carreira docente, e do desenvolvimento nesta carreira. Isto implica não apenas a defesa de critérios que possam abranger o Magistério Superior e a Educação Básica, Técnica e Tecnológica, mas que expressem a avaliação qualitativa e socialmente referenciada de toda a trajetória do docente na instituição, com ponderação equilibrada e atenta às especificidades de cada área do conhecimento, do engajamento em ensino, pesquisa, extensão e gestão”.

CEPE ADIA DEBATE E DIRETORIA DA ADUR-RJ ENFATIZA A NECESSIDADE DE DISCUSSÃO AMPLIADA

No último dia 28 de maio, o Vice-Reitor da instituição, Professor Eduardo Mendes Callado, afirmou que os critérios para promoção a professor titular não seriam discutidos em reunião daquele Conselho, retirando o referido ponto de pauta. De acordo com o representante da Administração Central, são muitos os pedidos para que a discussão do tema seja adiada, com o argumento de que a comunidade deve debater-lo com mais calma.

Para a Diretoria da ADUR-RJ, é necessário que outras propostas sejam formuladas, apreciadas e debatidas de forma ampla, democrática e transparente.

A ADUR-RJ CONVIDA OS DOCENTES DA UFRRJ A ENVIAREM PROPOSTAS QUE POSSAM SUBSIDIAR OS DEBATES SOBRE O TEMA. AS MESMAS SERÃO DISPONIBILIZADAS NO SITE DA ADUR-RJ (WWW.ADUR-RJ.ORG.BR).

ENTREVISTA: ANA CRISTINA S. DOS SANTOS



ADUR INFORMA ENTREVISTOU ANA CRISTINA DOS SANTOS (IE-DTPE), EX-PRESIDENTE DA ADUR-RJ NAS GESTÕES 2009-2011 E 2011-2013, E MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO EM POLÍTICA EDUCACIONAL - GTPE/ ADUR-RJ, PARA COMENTAR SOBRE A PROMOÇÃO PARA TITULAR E O PRODUTIVISMO DOCENTE.

- Qual a sua opinião sobre os critérios de promoção para titular, em discussão na UFRRJ?

Este deve ser um debate profundo, com a participação da categoria docente, pois envolve a nossa vida. O desenvolvimento na carreira está diretamente atrelado ao nosso salário e, com isso, reconheço a preocupação de muitos colegas que defendem que “a única garantia que o docente tem de permanecer com o salário alinhado na ativa e enquanto aposentado é estando no topo da carreira – como Professor Titular”. É importante lembrar a imensa defasagem salarial que enfrentam os docentes doutores, aposentados na classe Adjunto, antes da criação da classe Associado. Toda vez que reivindicávamos reajuste salarial, tínhamos como resposta/proposta do governo mudanças na nossa carreira. Sendo assim, não podemos descartar a possibilidade futura de criação de nova classe entre Associado e Titular

A senhora apresentou, em assembleia da ADUR-RJ, critérios discutidos por docentes da UFRJ para a promoção à titular. Por que eles podem ser considerados melhores do que os formulados pela comissão instituída pelo CEPE para tal fim?

Temos, enquanto GTPE, analisado outras propostas referentes às normas para o desenvolvimento na carreira do Magistério Federal (Lei nº 12.772), algumas já aprovadas nos Conselhos Superiores das IFES. Percebemos que há uma necessidade dos docentes da UFRRJ em não fugir muito do que as outras instituições definem sobre normas para progressão e promoção na carreira, mas entendemos que deveríamos caminhar para algo que se aproximasse mais da nossa concepção de Universidade. A proposta que apresentei é oriunda da CPPD -- Comissão Permanente de Pessoal Docente -- da UFRJ. Ela já sofreu algumas modificações, por isso, é possível encontrar outras versões sugeridas por docentes através de suas respectivas unidades. Ela traz normas para o desenvolvimento na Carreira do Magistério Federal, isto é, do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT). Neste sentido, entende a classe de Professor Titular também fazendo parte do desenvolvimento na carreira e trata com o mesmo compromisso e responsabilidade as normas para a carreira do EBTT -- bem diferente da proposta que foi apresentada pela comissão instituída pela UFRRJ. Dentre os elementos que apresenta, a proposta oriunda da CPPD da UFRJ, destaca a preocupação com a equidade entre as

atividades desenvolvidas pelos docentes do ensino superior, isto é, ensino, pesquisa, extensão e gestão (administração). Mais adiante, no parágrafo 10 do Artigo 18, é determinado que: cabe à Unidade propor pontos atribuídos aos grupos do referido conjunto, norteando-se pelas suas características de atuação e vocação e refletindo conjunto de atividades, tanto quanto possível, o perfil desejado de atuação do professor.

Este é um debate importante, pois defendo que é a unidade ou área que deve definir tais parâmetros. O que é produção intelectual para uma área, não é necessariamente para outra. Defendo também que toda atividade docente deve resultar em uma produção intelectual e compete à área definir o seu peso ou valor dentro de determinada escala. No parágrafo único do Artigo 23 é estabelecido que para a promoção à Classe E, ou Titular, será considerado apto o docente que obtiver aprovação na avaliação do Relatório de Atividades (Mínimo de 70 pontos) e de pelo menos três membros da Comissão de Avaliação na defesa pública do Memorial ou defesa pública de tese.

A proposta formulada pela comissão instituída pela UFRRJ não reflete a equidade entre ensino, pesquisa e extensão. Faz uso de critérios utilizados para processos de seleção e classificação de editais para bolsas científicas, entre outros. Resultado das políticas de pesquisa e pós-graduação tais critérios tem o caráter “produtivista” e já foram tratados em diferentes artigos, acadêmicos ou de opinião.

A proposta confunde acesso à carreira de professor titular por concurso público, com promoção na carreira. Ela impõe barreiras para avaliação de memorial do docente, inviabilizando o acesso à classe de Titular. Entendo que a proposta que defendi durante a assembleia merece aprofundamento pelos professores do ensino superior e do ensino básico, técnico e tecnológico (CTUR). Na reunião do Conselho de Representantes da ADUR-RJ e na Assembleia do dia 15/05 foram apresentados vários questionamentos, mas acredito que poderíamos tomar esta proposta como base para fazer algo que de fato se aproxime de nossa concepção de Universidade e também que não destoe de nossa realidade, pois, afinal, o desenvolvimento na carreira vincula-se as condições de trabalho.

A senhora disse que o papel do Sindicato é também levar os professores a reflexão e combater o produtivismo. Poderia discorrer mais sobre isso, por favor?

Nas duas últimas décadas, a ADUR-RJ tem trazido para o debate a relação entre o produtivismo e o adoecimento docente.

Produziu matérias resultantes de trabalhos de pesquisadores reconhecidos pela comunidade acadêmica, como as que foram publicadas nas edições nº69 (04/05/2005) e nº134 (20/09/2010) do *ADUR Informa*. Da mesma forma, o tema tem sido abordado por outras Seções Sindicais. Foi discutido também na Revista *Universidade e Sociedade* (nº 41, Jan./2008), editada pelo ANDES-SN, que dedicou número especial à temática “Produção versus Produtivismo”.

O “produtivismo acadêmico” vem sendo pesquisado, denunciado, causa desconforto e provoca piadas. Em voz uníssona, nas abordagens nacionais e internacionais, o capitalismo está no banco dos réus – cada vez mais adjetivado: “capitalismo acadêmico” (BIANCHETTI e MACHADO, 2009). Mas apesar de tanta crítica, a acomodação se mantém entre pesquisadores. E o que se torna pior é a naturalização desta realidade.

Uma vez, o professor Edmundo Dias, militante valoroso do ANDES, e que não está mais entre nós, tomou a palavra em um dos debates mais profundos que vivenciei no Sindicato. Estudioso e um dos maiores conhecedores de Gramsci, ele trouxe para nossa reflexão a pergunta: **por que perdemos?** O que fizemos quando as normas da Capes nos enquadraram dentro de critérios cuja excelência não é a qualidade, mas sim a quantidade? O que fizemos quando o governo submeteu as universidades aos critérios de avaliação de cursos segundo as suas normas e interesses? O que fizemos quando o governo enfiou goela abaixo um projeto de expansão das universidades com metas inalcançáveis? Acredito que será muito pouco provável que o docente desenvolva uma consciência crítica no ambiente de seu laboratório, por isso, é fundamental que ele participe dos debates desenvolvidos no espaço de seu sindicato. E é nesse sentido que considero de grande responsabilidade o papel da ADUR-RJ. É através de um sindicato forte e combativo que poderemos desenvolver uma formação politizadora, que aliada à práxis da luta, contribuirá para a constituição de uma consciência crítica e uma subjetividade revolucionária.

BIANCHETTI, L. & MACHADO, A. M. N. Publicar ou Morrer? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. *Educação, Sociedade e Cultura*. nº 28, p. 53-70, 2009.

